



registado com aviso

Exmº Senhor

Dr. Manuel Machado
M.I. Presidente do Conselho Diretivo da
Associação Nacional de Municípios Portugueses

Av. Marnoco e Sousa, 52
3004-511 Coimbra

V. referência:

N. Referência: Of. nº 2610/2015

Assunto: Proposta de adesão do Município de Sintra ao Protocolo de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica

Exmo. Senhor

Pretende o Município de Sintra aderir ao Protocolo de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica outorgado em 29 de agosto de 2012, entre a Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, a Secretaria de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, o qual tem por objeto instituir uma relação de cooperação e sensibilização dos municípios no apoio ao processo de autonomização das vítimas de violência doméstica, no momento da saída das casas de abrigo, passando esta autarquia a integrar a Rede de Municípios Solidários com as Vítimas de Violência Doméstica.

Para esse efeito, remeto a V. Exª a ficha de adesão e cópia da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada na sua reunião de 2 de dezembro de 2014.

Com os melhores cumprimentos,

O Vereador


Eduardo Quinta Nova

PROTOCOLO DE APOIO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Para aderir ao Protocolo assinado entre a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, o Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Município interessado deve enviar por escrito para a ANMP a sua intenção de adesão, com indicação da pessoa e serviço responsável pelo acompanhamento podendo, para o efeito, ser utilizada a ficha anexa.

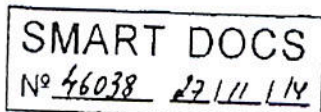
FICHA DE ADESÃO		
Município	SINTRA	
Responsável pelo acompanhamento		
Nome	Teresa Quintais Gomes Martins	
Serviço	Departamento de Solidariedade e Inovação Social	
	Divisão de Saúde e Ação Social	
Morada	Largo Dr. Virgílio Horta	
	2714-501 Sintra	
Contactos	Telefone	219 236 008
	Fax	219 236 038
	e-mail	dsas@cm-sintra.pt

Assinatura do Presidente da Câmara


Dr. Basílio Horta

Data do envio à ANMP - Sintra, 02 de fevereiro de 2015

ENVIAR ESTA FICHA À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES	
Por correio	Av: Marnoco e Sousa, 52 3004-511 Coimbra
Por fax	239 701 862
Por e-mail	fdiniz@anmp.pt



Proposta n.º 926 - EQN/2014

Considerando que:

- A Lei nº 112/2009, de 16 de Setembro, que «estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e assistência das suas vítimas», define, no seu artigo 45º (apoio ao arrendamento), que «Quando as necessidades de afastamento da vítima do autor do crime de violência doméstica o justificarem, a vítima tem direito a apoio ao arrendamento, à atribuição de fogo social ou a modalidade específica equiparável, nos termos e condições a definir em diploma próprio»;
- O IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 100/2010, de 17 de dezembro, propõe, na qual a Área Estratégica de Intervenção 2 (Proteger as vítimas e promover a integração social) no âmbito da medida nº 20 a adoção de medidas «que facilitem o acesso à habitação a vítimas de violência doméstica no âmbito de atribuição fogos de habitação social», tendo como entidades envolvidas na sua execução, entre outras, os municípios;
- Em 29 de Agosto de 2012 foi assinado um protocolo de colaboração entre o Governo (Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade e Secretaria de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa) e a Associação Nacional de Municípios Portugueses com o objetivo de instituir uma Rede de Municípios Solidários no âmbito da qual as entidades signatárias colaboram no apoio ao processo de autonomização das vítimas de violência doméstica, no momento da saída das casas de abrigo;
- No disposto da cláusula terceira do citado protocolo:
 - «1 - Os municípios que vierem a aderir (...) deverão assumir, de acordo com a sua opção, a iniciativa de:
 - a) Incluir, nas suas prioridades na atribuição de fogos de habitação social, as mulheres vítimas de violência doméstica, no momento da saída das casas de abrigo;
 - b) Avaliar a possibilidade de disponibilização de fogos que detenham no seu património para o arrendamento a baixo custo às mulheres vítimas de violência doméstica, no momento da saída das casas de abrigo.»;
 - 2 - Cada município deverá, ainda, encontrando-se esgotadas as hipóteses previstas no número anterior prestar, através dos seus serviços de ação social, o apoio necessário às mulheres vítimas de violência doméstica na procura de habitação no mercado de arrendamento da sua área territorial.»;



PATRIMÓNIO MUNDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



Reunião de

02 DEZ. 2014

Docº Agendado com o
nº

18


- Nos termos da cláusula quarta, o protocolo *«não acarreta quaisquer encargos, nem quaisquer outras obrigações para as partes signatárias, nem para os municípios aderentes, para além das previstas na cláusula terceira»*
- O Regulamento Municipal de Atribuição de Habitação em Regime de Renda Apoiada e de Gestão das Habitações Propriedade do Município de Sintra prevê, na alínea a), do nº 2 do artigo 3º, exceções ao regime de atribuição de fogos, podendo ser incluídas nesta situação as vítimas de violência doméstica;
- O Município de Sintra tem vindo a assumir um papel importante no apoio às vítimas de violência doméstica, designadamente através da cedência gratuita de um imóvel onde está instalada uma casa de abrigo;
- O Município de Sintra reconhece as dificuldades e vulnerabilidades de ordem social e económica com que as vítimas de violência doméstica se deparam, nomeadamente na obtenção de habitação digna e a valores reduzidos, condição essencial para a sua integração plena em sociedade,

Tenho a honra de propor à Câmara Municipal que,

Ao abrigo da alínea h) do nº 2 do artigo 23º e da alínea r) do nº 1 do artigo 33º e primeira parte do artigo 32º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do nº 2 do artigo 3º do Regulamento Municipal de Atribuição de Habitação em Regime de Renda Apoiada e de Gestão das Habitações Propriedade do Município de Sintra, aprove a adesão do Município de Sintra ao Protocolo de Colaboração assinado em 29 Agosto de 2012, entre o Governo (Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade e Secretaria de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa) e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, cuja cópia faz parte integrante da presente proposta, o qual tem por objeto instituir uma relação de cooperação e sensibilização dos municípios no apoio ao processo de autonomização das vítimas de violência doméstica, no momento da saída das casas de abrigo, nos termos da cláusula terceira do mesmo, passando a integrar a Rede de Municípios Solidários com as Vítimas de Violência Doméstica.

Paços do Concelho de Sintra, 27 de novembro de 2014.

O Vereador


(Eduardo Quinta Nova)

Reunião de

2 DEZ. 2014

Docº Agendado com o
Nº 48



PATRIMÓNIO MUNDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

Protocolo de Colaboração

Entre o Governo, representado por:

A Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, adiante designada por SEAPI, com sede no Palácio de S. Bento (AR), 1249-068 Lisboa,

O Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, adiante designado por SEALRA, com sede na Rua da Lapa, 73 - 1200-701 Lisboa,

e
A Associação Nacional de Municípios Portugueses, adiante designada por ANMP, com sede na Av. Marnoco e Sousa, n.º 52, em Coimbra

Preâmbulo

O Governo considera necessário um esforço redobrado no sentido de uma melhor articulação de todas as entidades públicas envolvidas com as instituições da sociedade civil no que diz respeito à violência doméstica, por forma a garantir a efetiva proteção e apoio às suas vítimas.

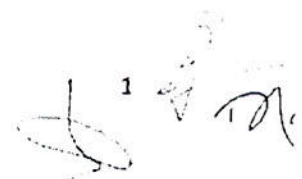
A Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010, de 17 de dezembro, aprovou o IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (IVPNCVD), instrumento onde se concentram as políticas públicas de prevenção e combate à violência doméstica e de género. Este Plano procura promover a adoção de medidas estratégicas em relação à prevenção, às situações de risco, à qualificação de profissionais e à intervenção em rede, numa lógica de proximidade que procura envolver, cada vez mais, os municípios, os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil.

Uma das áreas estratégicas de intervenção do IVPNCVD (Área estratégica de intervenção 2) visa proteger as vítimas e promover a sua integração social, propondo a sua medida n.º 20 a promoção de medidas que facilitem o acesso à habitação a vítimas de violência doméstica no âmbito de atribuição de fogos sociais, indicando como entidades envolvidas na coordenação e operacionalização desta medida, entre outras, a ANMP e os Municípios.

Reunião de

0.2 DEZ. 2014

Doctº Agendado com o
Nº 18

1 

Por seu turno, a Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro, estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas, prevendo um conjunto de medidas que têm por fim, entre outros, consagrar os direitos das vítimas, assegurando a sua proteção célere e eficaz, criar medidas de proteção com a finalidade de prevenir, evitar e punir a violência doméstica e consagrar uma resposta integrada dos serviços sociais de emergência e de apoio à vítima, assegurando um acesso rápido e eficaz a esses serviços.

As casas de abrigo são as unidades residenciais destinadas a acolhimento temporário de vítimas, acompanhadas ou não de filhos menores (art. 60º). O acolhimento deve ser assegurado pela instituição que melhor possa garantir as necessidades de apoio efetivo à vítima de acordo com a análise da competente equipa técnica (n.º 2 do art. 68º) e que, em muitas circunstâncias, poderá localizar-se em distrito diverso do de residência, na qual, por razões de segurança ou outras, a vítima não pôde permanecer.

Esta medida de acolhimento é, como já se referiu, uma resposta temporária cuja duração máxima não deverá ser superior a seis meses, exceto em casos excecionais e devidamente fundamentados (n.ºs 3 e 4 do art. 68º), o que obriga a que, desde o momento da entrada nas casas de abrigo, deva ser preparado o processo de autonomização dessas mulheres, tendo em vista o seu regresso à comunidade de origem ou a outra diferente pela qual tenham optado.

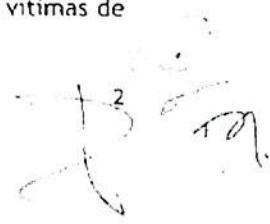
Afigura-se que neste processo de autonomização é o momento da saída da casa de abrigo que maior dificuldade coloca, uma vez que é necessário encontrar respostas habitacionais na comunidade. Esta dificuldade advém do facto de a grande maioria das mulheres se encontrar em situação económica frágil, com fraca capacidade para suportar as despesas inerentes a uma vida autónoma, assumindo a quantia que necessariamente têm que despendar para custear uma habitação para si e para os seus filhos um peso muito significativo e, por vezes, mesmo insuportável, no seu orçamento.

Constata-se que os valores praticados no mercado de arrendamento livre, atingem montantes que dificilmente poderão ser suportados por mulheres sozinhas, com filhos a cargo, e muitas das quais a auferirem o salário mínimo nacional. Esta realidade pode comprometer seriamente o processo de autonomização das mulheres vítimas de

Reunião de

02 DEZ. 2014

Doctº Agendado com o
Nº 18

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'J. 2' followed by some initials.

violência doméstica, bem como a possibilidade destas iniciarem uma nova vida, em segurança e longe do agressor.

Torna-se assim fulcral encontrar soluções que possam dar resposta às necessidades de habitação condigna das mulheres vítimas de violência doméstica, procurando dessa forma apoiá-las num momento tão delicado e crucial das suas vidas, como é o momento da saída das casas de abrigo e do retorno à vida na comunidade.

Neste sentido, assume particular importância o estabelecimento da mútua cooperação entre as entidades signatárias, pelo que estabelecem o presente protocolo que submetem às cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira
(Finalidade e Objetivos)

- 1 - O presente protocolo tem por objetivo instituir uma relação de cooperação entre as entidades signatárias no apoio ao processo de autonomização das vítimas de violência doméstica, no momento da saída das casas de abrigo.
- 2 - O presente acordo de carácter genérico será implementado através da adesão dos Municípios que assim o deliberem.

Cláusula Segunda
(Obrigações)

- 1 - Constituem obrigações da ANMP, neste âmbito, as seguintes:
 - a) Divulgar o conteúdo do presente protocolo pelos seus associados e promover a sua adesão;
 - b) Sensibilizar os seus associados para as questões nele abordadas;
 - c) Acompanhar a sua implementação.
- 2 - Os Gabinetes da SEAPI e do SEALRA disponibilizarão a informação necessária à concretização dos objetivos subjacentes ao presente protocolo de cooperação, sem prejuízo da salvaguarda da reserva ou confidencialidade que a mesma envolva.

Reunião de
02 DEZ. 2014
Docto Agendado com o
Nº 18

3




3 - Com vista à concretização da obrigação prevista no número anterior, os Gabinetes da SEAPI e do SEALRA asseguram a colaboração dos seus membros dos Gabinetes, assim como dos serviços da administração direta do Estado deles dependentes.

Cláusula Terceira
(Compromisso dos Municípios Aderentes)

1 - Os Municípios que vierem a aderir ao presente protocolo deverão assumir, de acordo com a sua opção, a iniciativa de:

- a) Incluir, nas suas prioridades na atribuição de fogos de habitação social, as mulheres vítimas de violência doméstica, no momento da saída das casas de abrigo;
- b) Avaliar a possibilidade de disponibilização de fogos que detenham no seu património para o arrendamento a baixo custo às mulheres vítimas de violência doméstica, no momento da saída das casas de abrigo.

2 - Cada Município deverá, ainda, encontrando-se esgotadas as hipóteses previstas no número anterior, prestar, através dos seus serviços de ação social, o apoio necessário às mulheres vítimas de violência doméstica na procura de habitação no mercado de arrendamento da sua área territorial.

Cláusula Quarta
(Execução do Protocolo)

1 - A execução do presente protocolo será assegurada pela ANMP, que no cumprimento das obrigações previstas na cláusula Segunda:

- a) Disponibilizará junto dos seus associados um formulário de adesão, que se encontra em anexo ao protocolo;
- b) Enviará à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), entidade tutelada pela SEAPI, com sede na Av. da República n.º 32 - 1º, em Lisboa, no prazo de um mês a contar da data da assinatura do presente Protocolo, uma lista dos municípios que decidiram aderir aos objetivos do presente protocolo, com indicação das respetivas moradas, números de

Reunião de

02 DEZ. 2014

Docº Agendado com o
Nº 18

4


telefone, e-mails e indicação da pessoa responsável para eventuais contatos;

- c) Atualizará, mensalmente, a lista para efeitos de inclusão dos municípios que venham a aderir em momentos posteriores ao acima indicado.

2 - O formulário de adesão encontra-se disponível em www.anmp.pt, na área dos "Protocolos".

3- A ANMP e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) divulgarão nos respectivos sites a lista dos municípios aderentes.

Cláusula Quinta
(Enquadramento)

O presente protocolo não acarreta quaisquer encargos, nem quaisquer outras obrigações para as partes signatárias, nem para os municípios aderentes, para além das previstas nas Cláusulas Segunda e Terceira.

Cláusula Sexta
(Revisão)

Durante o período de vigência poderão ser introduzidas alterações ao protocolo, por acordo entre as partes, as quais serão formalizadas por aditamento.

Cláusula Sétima
(Interpretação)

As partes comprometem-se a resolver entre si, de forma consensual, qualquer dúvida ou lacuna, segundo o princípio geral mais favorável à prossecução da finalidade e dos objetivos expressos na Cláusula Primeira.

Reunião de

02 DEZ. 2014

Docº Agendado com o
Nº 18

5



Cláusula Oitava
(Outorga)

O presente protocolo é assinado em três exemplares, um para cada uma das partes, na Sala do Governo, na Assembleia da República, no dia 29 de Agosto, entrando imediatamente em vigor.


Pelo Governo:

A Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade



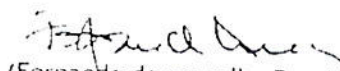
(Maria Teresa da Silva Morais)

Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa



(Paulo Jorge Simões Júlio)

Pela Associação Nacional de Municípios Portugueses



(Fernando de Carvalho Ruas)

Reunião de

02 DEZ. 2014

Docº Agendado com o

Nº 18



PROTOCOLO DE APOIO ÀS VÍTIMAS VIOÊNCIA DOMÉSTICA

Para aderir ao Protocolo assinado entre a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, o Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Município interessado deve enviar por escrito para a ANMP a sua intenção de adesão, com indicação da pessoa e serviço responsável pelo acompanhamento podendo, para o efeito, ser utilizada a ficha anexa.

FICHA DE ADESÃO

Município			
Responsável pelo acompanhamento			
Nome			
Serviço			
Morada			
Contactos	Telefone	Reunião de	
	Fax	02 DEZ. 2014	
	e-mail	Doctº Agendado com o	
		Nº 18	

Assinatura do Presidente da Câmara _____

Data do envio à ANMP _____

ENVIAR ESTA FICHA À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Por correio

Av: Marnoco e Sousa, 52

3004-511 Coimbra

Por fax

239 701 862

Por e-mail

fdiniz@anmp.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

18

Nos termos do Art. 57º, nº.3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei nº.75/2013 de 12 de setembro; e Art.27º, nºs. 3 e 4 do Cód. Proc. Adm., a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião ordinária de 02.12.2014**

Proposta nº 926-EQN/2014, subscrita pelo Sr. Vereador Eduardo Quinta Nova, que se anexa:

VOTAÇÃO: *aprovada por unanimidade*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 2 de dezembro de 2014.

O Presidente

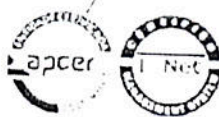


Basílio Horta

A Coordenadora do GAOM



Helena Saraiva



GAOM - Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt